

Se quiser receber estes estudos na sua publicação envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

O RENDIMENTO MÉDIO EM PORTUGAL CONTINUA A SER MUITO INFERIOR AO DA MÉDIA DA UNIÃO EUROPEIA E DA ZONA EURO, E É INFERIOR AO DOS PORTUGUESES EM 2008

A recuperação dos rendimentos em Portugal ainda não foi atingida. São os próprios dados divulgados pelo Eurostat, que é o sistema oficial de estatísticas da União Europeia, e pelo INE que o revelam com clareza.

O quadro e o gráfico seguintes, que foram elaborados utilizando os últimos dados divulgados pelo Eurostat, provam isso e não podem ser ignorados.

Quadro 1- Variação do rendimento médio anual nos países da União Europeia (28 países), da Zona Euro (19 países) e em Portugal

ANOS	União Europeia (28)	Zona euro (19)	Portugal
2008	12 312 €	13 967 €	6 027 €
2009	12 254 €	14 116 €	6 096 €
2010	12 107 €	13 975 €	6 174 €
2011	12 164 €	13 815 €	6 031 €
2012	12 400 €	13 980 €	5 665 €
2013	12 286 €	13 864 €	5 396 €
2014	12 566 €	13 767 €	5 239 €
2015	12 893 €	13 978 €	5 461 €
2016	13 192 €	14 390 €	5 893 €
Var. 2008-2016	880 €	423 €	-134 €

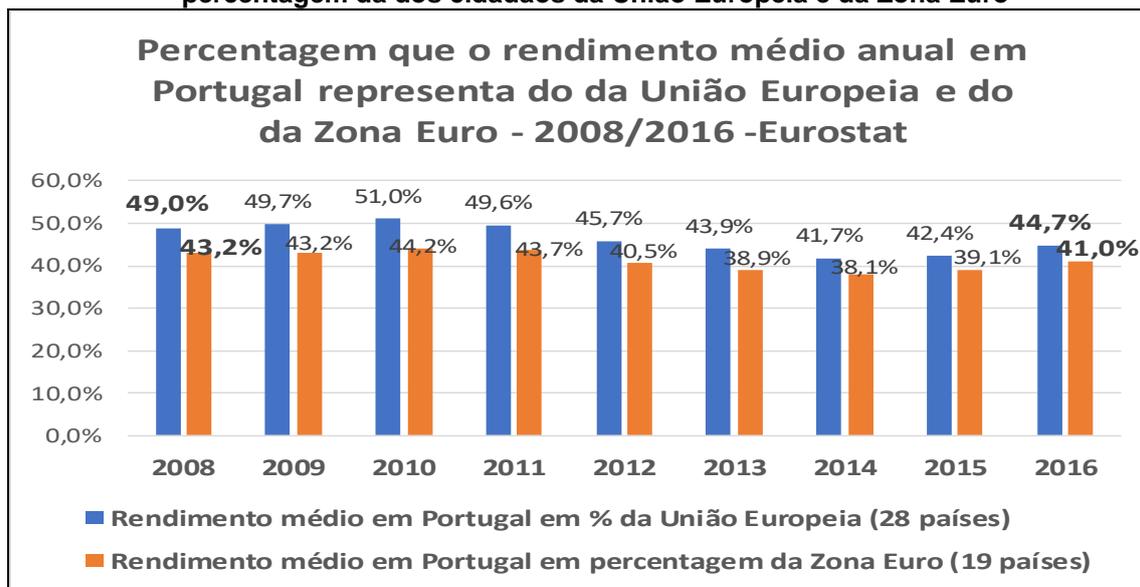
FONTE: Eurostat

Em 2008, no início da crise, o rendimento médio dos portugueses (6.027€/ano) era já muito inferior ao rendimento médio na União Europeia (12.312€/ano), e ainda mais em relação à média dos países da Zona Euro que é constituída pelos países mais desenvolvida da Europa, apesar de Portugal pertencer a ela (13.967€/ano).

Entre 2008 e 2016, esse fosso aumentou ainda mais, porque neste período (2008/2016), o rendimento médio na União Europeia aumentou 880€/ano, na Zona Euro subiu 423€/ano e, em Portugal, diminuiu 134 €/ano. Portanto, os portugueses continuam numa situação não só muito pior do que a média dos cidadãos europeus como também em relação à situação que tinham, neste campo, em 2008. Se juntarmos a esta redução em valor absoluto do rendimento médio dos portugueses entre 2008 e 2016 (-134€), os efeitos corrosivos da inflação (entre 2008 e 2016, os preços subiram em Portugal 8%, significa menos 571€ do que em 2008) e do aumento de impostos registado neste período fica-se com uma ideia muito mais próxima da realidade da situação real em que continuam a viver os portugueses. E isto apesar de se ter verificado um aumento do rendimento médio entre 2015 e 2016 (+432€/ano), ainda claramente insuficiente para repor o rendimento de 2008 e o efeito corrosivo da inflação e o aumento de impostos registado neste período, o que provocou uma enorme degradação de vida dos portugueses entre 2008 e 2016.

O gráfico 1, a seguir, mostra de uma forma extremamente clara, porque de uma forma mais visual e assim mais facilmente apreensível, a variação do rendimento médio dos portugueses em percentagem quer em relação ao rendimento médio dos cidadãos da União Europeia (28 países) quer em relação ao rendimento médio da Zona Euro (19 países). E como rapidamente se conclui, verifica-se uma clara degradação da situação dos portugueses entre 2008 e 2016 relativamente ao dos outros europeus. Assim, em relação ao rendimento médio de todos os países da União Europeia (28 países), em 2008, o rendimento médio português correspondia a 49% do da União Europeia, enquanto em 2016 representava apenas 44,7%; em relação aos países da Zona Euro, de que Portugal faz parte e onde estão os países europeus mais desenvolvidos, a situação é ainda mais dramática: em 2008, o rendimento médio em Portugal representava apenas 43,2% do rendimento médio desses países, enquanto em 2016 essa percentagem já tinha diminuído para apenas 41%. Portanto, a recuperação de rendimentos no nosso país, comparada quer com a média dos países da União Europeia quer com aquela que os portugueses tinham em 2008 ainda está longe de ter sido alcançada.

Gráfico 1- A degradação da vida dos portugueses medida em percentagem da dos cidadãos da União Europeia e da Zona Euro



O DESEMPREGO E O SUBEMPREGO CONTINUAM A CONSTITUIR CAUSAS IMPORTANTES DA MAIOR POBREZA EM PORTUGAL: uma pobreza que não diminui

O INE acabou de divulgar os dados do desemprego referentes ao 1º Trimestre de 2018, que têm como base o inquérito trimestral ao emprego que ele faz, portanto dados mais completos e fiáveis do que as estimativas mensais que também publica.

Segundo o INE, no fim do 1º Trim.2018 existiam em Portugal 410,1 mil desempregados a que correspondia uma taxa de desemprego oficial de 7,9%. No entanto, este número não inclui, segundo o INE, 199,6 mil desempregados (*os chamados inativos disponíveis que não procuram emprego*) que não são considerados nos números oficiais de desemprego simplesmente pelo facto de, apesar de estarem desempregados, não terem procurado emprego no período em que o INE fez o inquérito. Se fossem considerados, o número real de desempregados aumenta para 609,7 mil, o que corresponde já a uma taxa de desemprego real de 11,3%. Para além disso, ainda existiam, também segundo o INE, 199,4 mil trabalhadores na situação de “*subemprego a tempo parcial*”, portanto trabalhadores que, pelo facto de não encontrarem um emprego com horário completo, tiveram de aceitar, para poderem sobreviver, um emprego a tempo parcial com um salário também “parcial”. Se adicionarmos este número ao anterior obtém-se 809,1 mil portugueses na situação de desemprego ou de precária sobrevivência. Interessa agora confrontar estes números com os da pobreza em Portugal recentemente divulgados também pelo INE, para se poder ficar com uma ideia real da situação em que continuam a viver centenas de milhares de famílias portuguesas, pois muitos tendem a esquecer-la face aos “*êxitos do milagre da redução do défice orçamental*”. E a direita (PSD e CDS) a considerar insuficiente e a exigir ainda mais. Para isso, observem os dados do quadro 2.

Quadro 2 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais- % na pobreza

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016
1-EMPREGADOS	10,7%	10,9%	10,9%	10,8%
2-SEM EMPREGO	24,7%	25,2%	25,4%	25,1%
2.1-Desempregados	40,5%	42,0%	42,0%	44,8%
2.2- Reformados	12,9%	14,4%	16,0%	15,1%
2.3-Outros inativos	32,4%	31,9%	31,2%	32,3%
EU-SILC	2014	2015	2016	2017

FONTE: EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - INE - 7 de Maio de 2018

Os dados do INE revelam uma pobreza que resiste em diminuir, já que as taxas de pobreza em 2016 continuam, com exceção da de “Outros ativos”, a serem superiores às de 2013. Face à dureza e clareza destes dados, os comentários são desnecessários.

Eugénio Rosa, 12-5-2018 – edr2@netcabo.pt